

# **A INFLUÊNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO NO PROCESSO DE POSPOSIÇÃO VERBAL DOS CLÍTICOS ACUSATIVOS DA LÍNGUA PORTUGUESA**

**FERNANDES**, Meggie Rodrigues  
meggie\_fernandes@hotmail.com

**FERREIRA**, Priscila Nascimento  
priscilinha\_preci@hotmail.com

**SÁ**, Suzana Vieira  
suzanapimentell@yahoo.com.br

**ABREU**, Ricardo Nascimento  
tenascimento@gmail.com

Licenciado em Letras Português – Inglês - UNIT; Especialista em Linguística Textual UFRJ; Mestre em Educação - UFS e Doutorando em Linguística Histórica -UFBA

## **RESUMO**

As diferenças sociais da língua se intensificam com a imensa desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira, e do ponto de vista lingüístico existem diferenças entre as normas padrão, culta e popular. A frequência na posposição verbal dos clíticos acusativos é um verdadeiro divisor da realidade lingüística brasileira, pois, com a influência da escolaridade esse uso varia de acordo com a situação social em que o falante está inserido, por exemplo, possibilita ao falante escolarizado saber quando e como utilizar a posposição dos clíticos em uma conversação formal ou informal (dê-me um copo d'água ou me dê um copo d'água). No entanto, não podemos estigmatizar as pessoas que utilizam as variações pré-postas ao verbo (me dê), uma vez que é importante no funcionamento de toda língua viva a possibilidade de dizer a mesma coisa de formas diferentes.

**PALAVRAS-CHAVES:** diferenças, língua, escolaridade, estigmatizar.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho aborda a temática da influência da escolarização dos falantes no uso da posposição verbal dos clíticos acusativos da língua portuguesa, levando em consideração algumas variantes lingüísticas, conceituando a sociolingüística, os aspectos que levam os falantes a usar as variações e, o fator estigmatização.

O nosso objetivo de escrever sobre a influência da escolarização no processo de posposição verbal dos clíticos acusativos da língua portuguesa, se deve ao fato de conhecermos os fatores que levam os falantes da língua portuguesa a usar as variações lingüísticas, muitas vezes estigmatizadas e de querermos levar nossas considerações àqueles que, porventura, ainda não as conhecem.

Este trabalho visa oferecer uma contribuição não só para os alunos de Letras, mas para qualquer pessoa que faça parte do círculo social, ou seja, o nosso trabalho não se direciona a somente um tipo de receptor, contudo, todas as pessoas que o lerem, tomarão conhecimento sobre a importância dos estudos da sociolingüística, da variação lingüística e a importância no funcionamento de toda língua viva a possibilidade de dizer a mesma coisa de formas diferentes. E cabe a escola resgatar essa consciência e promover a diversidade.

## **2. O PLURALISMO TEÓRICO NA LINGÜÍSTICA**

Segundo José Borges Neto (2004,pg. 68) “qualquer tentativa de estabelecer o objeto da lingüística era eminentemente normativa, consistindo basicamente na seleção, até certo ponto arbitrária, de domínios privilegiados de objetos observáveis”.

No entanto qualquer que seja a definição apresentada para o objeto da lingüística, acaba excluindo outras definições; então devemos abordá-lo de forma parcial por causa da sua complexidade, para que não se perda outras definições também importantes.

Podemos dizer que a linguagem está presente em tudo que fazemos e pensamos. É também um instrumento de comunicação e ação, é arte e é usada como forma de prestígio e posição social.

Para o pluralismo a forma de abordagem da lingüística será sempre parcial e arbitrária, porque toda escolha implica deixar algo de fora, ou seja, toda tentativa de abordagem nos levará ao fracasso porque deixaremos de abordar outras questões também importantes e assim deixar de fora um objeto de estudo.

A teoria deve destacar o que é relevante e ignorar o que é irrelevante, mas o problema está na noção de irrelevância, ou seja, o que para uns podem parecer irrelevantes para outra não serão. Então com tanta complexidade da linguagem, o pluralismo teórico é o que devemos esperar.

Portanto, para a teoria do pluralismo a linguagem varia de acordo com a abordagem e ocasião, e traçar uma definição seria inviável porque à “abordagem de um objeto determina, na verdade, uma visão, um modo de construir esse objeto”.

## **2.1- O Relativismo como consequência do pluralismo**

Os objetivistas defendem a idéia de que há uma verdade única, objetiva, que é procurada pela ciência, e assim como os velhos gregos que acreditavam que o nome das coisas era natural, ou seja, os homens não inventam os nomes naturais, o objetivistas também assume que as teorias científicas devem revelar descobrir uma verdade que existe independentemente da ação humana, portanto a realidade existe, cabe aos cientistas pesquisarem e descobrir sua natureza, sua realidade.

Na lingüística Chomsky é um exemplo dessa postura epistemológica. Para ele “a linguagem- a gramática- existe na mente /cérebro dos falantes” e cabe ao lingüístico descrevê-la.

Portanto, cabe aos cientistas e lingüistas a pesquisa para descobrir a natureza das coisas, que elas existem que assim como a gramática já existe na cabeça de todos, tudo ocorre de forma natural, ou seja, o que acontece é ordem natural das coisas e não depende da ação do homem.

“A teoria verdadeira é uma espécie de nome natural da realidade”.

Por outro lado os relativistas acham que todo conhecimento é relativo a um momento histórico, a um contexto ou conjunto de circunstâncias e não acreditam na existência dessa verdade. Para eles o cientista não descobre teorias, eles as inventam. Eles acreditam que mesmo que exista uma verdade não temos nenhum modo de saber qual seria essa verdade e que a ciência é construção humana. Ou seja, o relativista não nega a existência de um real para além da teoria, ele nega é a possibilidade de sabermos qual é esse real, e a possibilidade de sabermos se as teorias estão ou não perto desse real, então é negada pelos relativistas a possibilidade de dizermos se uma teoria é melhor ou pior do que outra, de ser mais ou menos verdadeira.

Se constatado o pluralismo teórico na língua, criaremos então várias perguntas inevitáveis como: o que fazer diante de tantas teorias? Como estudá-las? Existe uma melhor do que outras?

Diante de tanta complexidade no estudo da lingüística cabe a cada um estudar a teoria que melhor lhe convém no momento da escolha, ou seja, aquela que esteja de acordo com a escolha mais adequada à tarefa proposta. Isso não implica que consideremos as outras teorias falsas só porque escolhemos uma para seguir.

Portanto, para os relativistas não existe uma teoria melhor que outra, e a troca de teoria faz com que os cientistas vejam o mundo com outros olhos, porque uma comparada com a outra traz conhecimentos distintos.

A busca de uma terceira via que não seja o relativismo, nem o objetivismo sugere uma realidade objetiva, que haja princípios racionais e objetivos que nos permitam decidir entre teorias alternativas. Essa terceira via acredita que a verdade é o resultado do trabalho da ciência sobre uma realidade objetiva, inumana, preexistente e independente da vontade dos homens. Na verdade essa terceira via não tem como escapar do relativismo, mas busca uma realidade que não seja do arbítrio do cientista como assim consideram os relativistas.

### **3. SOCIOLINGÜÍSTICA**

A sociolingüística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura lingüística e os aspectos sociais e culturais da produção lingüística. Para essa corrente, a língua é a instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

Para a sociolingüística a variação e a mudança são inerentes às línguas e que, por isso, devem sempre ser levadas em conta na análise lingüística e tem como objetivo estudar todas as variações de uma língua, analisando o modo real do falante de acordo com a sua posição social ou cultural, ou seja, são levadas em consideração as variações decorrentes da posição social ou cultural de cada falante.

A variação não é vista como um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores lingüísticos e por fatores extralingüísticos de vários tipos. Essa variação ilustra o caráter adaptativo da língua como código de comunicação e não existe uma forma assistemática, ou seja, não existe uma regra para essa variação.

O termo variante é utilizado para identificar uma forma que é usada ao lado de outra na língua sem que se verifique mudança no significado básico; a variação configura-se como um conjunto de elementos diferentes de outros, conjunto de outro grupo, de localidade ou de outro contexto.

A sociolinguística, com suas pesquisas baseadas na produção real dos indivíduos dá-nos informações detalhadas acerca da variante produzida pelas pessoas mais escolarizadas, sobre as variantes que deixaram de ser estigmatizadas, e das mudanças já implementadas na fala, mas que ainda não são aceitas nas gramáticas normativas.

## 4. VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

É justamente porque a língua é um tipo de comportamento estritamente social, assim como tudo numa cultura, e também porque ela revela, em linhas gerais, regularidades que só o cientista tem o hábito de formular, que a lingüística é de estratégica importância para a ciência social. Por trás de uma aparente ausência de regras do fenômeno social, existe uma regularidade na sua configuração que é tão real quanto aquela dos processos físicos do mundo mecânico... Uma língua é, sobretudo um produto social e cultural e como tal deve ser entendida...

(Edward Sapir, 1929,P.120).

### 4.1- AS LÍNGUAS VARIAM

Não existe língua que seja, em toda sua plenitude, um sistema singular, invariado e rígido. Podemos observar na língua do Brasil exemplos dessa variação, citando como exemplo, às línguas dos indígenas, que se comunicam em suas aldeias utilizando as suas linguagens próprias, e não usam o português, ou seja, em um único país, podem existir várias línguas, como citamos o exemplo dos indígenas, que mesmo morando em um país com uma língua oficial que é o português (nesse caso), eles se comunicam em outra língua.

Toda língua admite variações de duas ordens: em função do falante, que são as variantes que se podem chamar dialetais dependendo de alguns aspectos como: variantes espaciais (dialetos geográficos), variantes de classe social (dialetos sociais), variantes de grupos de idade (dialetos etários), variantes de sexo (dialetos femininos e masculinos) e variantes de gerações que são as diacrônicas.

Na segunda ordem de variação podemos incluir as variantes de registro: Variantes de grau de formalismo, variantes de modalidade (falada e escrita) e variantes de sintonia, que podemos chamar de ajustamento do emissor com o receptor.

Para a lingüística não importa se uma variante é mais ou menos comum que outra, o que importa no estudo da variação lingüística é a possibilidade de usar as variantes para que ocorra a comunicação e estudar estas variações na comunidade de fala.

#### **4.2- ATÉ QUE PONTO AS LÍNGUAS VARIAM?**

Podemos detectar vários casos de variação lingüística no léxico, na fonética, na morfologia e na sintaxe do português falado no Brasil, explicado-os com base na localização geográfica dos falantes e em aspectos sociais, tais como escolaridade do falante e informalidade ou informalidade da situação de fala.

Antes de estudar a variação, devemos verificar os seus limites, ou seja, antes de decidir como prosseguir no estudo, temos de saber o que vamos estudar.

Para Saussure, “o ponto de vista cria o objeto”, essa seria uma característica especial da ciência da linguagem, pois de acordo com o autor, diferentemente das outras ciências, para o lingüista seria como se não existisse um objeto de estudo definido a priori ao seu olhar científico sobre as línguas.

Segundo a visão estruturalista, o processo de mudança fônica é caracterizado por um período de transição de variação submorfológica tão lenta e contínua que não pode ser diretamente observada e que essa transição desemboca num processo de reestruturação fonológica que não é observável.

Enquanto o modelo estruturalista assume que a percepção do falante só alcança as unidades funcionalmente distintas, considerando exclusivamente a função representacional (o que sustenta a organização estrutural da língua como sistema unitário, homogêneo, constituído por unidades invariantes), no enquadramento teórico da sociolingüística, a estrutura da língua não abarca apenas a função representacional, incorpora também outros elementos variáveis que são percebidos ao nível da consciência do falante. Então, a mudança ocorreria quando uma variável se movesse de uma posição dentro de um dado fonema, para uma posição além das fronteiras fonológicas, para uma posição dentro de um segundo fonema, e tal variável seria estritamente definida pela co-variação com outros traços (p. 130).

Desse modo, o desenvolvimento histórico de uma língua deixa de poder ser representado pela sucessão de sistemas discretos, unitários, homogêneos e autônomos, e passa a ser concebido como o contínuo processo de variação e mudança dentro do sistema heterogêneo inserido no contexto sócio-histórico e cultural da comunidade de fala.

A concepção de língua como um sistema heterogêneo constitui o momento crucial da ruptura epistemológica que a sociolinguística opera em relação ao modelo estruturalista, porque dentro da visão estruturalista a língua só poderia desempenhar as suas funções na sociedade organizando um sistema de forma unitária e homogênea, então a variabilidade e a mudança eram associadas aos processos que ameaçavam a funcionalidade da língua. Ao interagir, na concepção de língua como sistema heterogêneo, estrutura e mudança, a sociolinguística busca construir uma representação teórica do fenômeno lingüístico que articule as suas dimensões estrutural e histórica.

Para a sociolinguística o princípio teórico da concepção de objeto de estudo era a proposta de quebrar a identificação entre estruturalidade e homogeneidade, que através da visão ampla pode-se integrar mudança e variabilidade na análise do funcionamento da língua numa comunidade heterogênea e plural e também inserir mudança e variabilidade no processo de organização social.

Os princípios empíricos da heterogeneidade normal e da comunidade de fala permitem-nos transformar a questão primária de modo a resolver o paradoxo implícito na busca do ideoleto. As respostas à questão “como a língua X funciona?” incluirão a habilidade dos falantes em lidar com os elementos heterogêneos da estrutura lingüística.

(Labov, 1982,P.22).

## **2.2- A COMUNIDADE DE FALA**

Podemos observar em um único indivíduo variações, ou seja, ele pode utilizar variantes de acordo com o momento da fala. E assim temos que estabelecer o limite. Embora o indivíduo possa utilizar variantes, é no contato lingüístico com outros falantes de sua comunidade que ele vai encontrar os limites para a sua variação individual. Como o indivíduo vive inserido numa comunidade, deverá haver semelhanças entre a língua que ele fala e a que os outros membros da comunidade falam.

Portanto, o que interessa para nós, é identificar agrupamentos de falantes que têm características lingüísticas comuns, ou seja, nos interessa saber como se constitui uma comunidade de fala.

Segundo Guy (2001) “a comunidade de fala é formada por falantes que: compartilham traços lingüísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam-se relativamente mais entre si do que com outros; e compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem”.

Podemos perceber que o primeiro quesito mostra a existência de fronteiras em algumas comunidades, que a variação lingüística que aparecem em uma são distintas, das que aparecem em outras. O segundo quesito nos explica que a comunicação entre membros da mesma comunidade é mais intensa do que a comunicação entre membros de outras comunidades, ou seja, ao mesmo tempo em que a comunicação intensa entre membros de uma comunidade leva à manutenção de suas características lingüísticas, a falta de contato lingüístico entre comunidades favorece o desenvolvimento de diferenças lingüísticas. A tendência é falar como aquelas pessoas com que mais falamos. E o terceiro quesito trata da atitude que temos com relação a membros de outra comunidade lingüística. Quando falamos em atitude do uso lingüístico, temos de nos transportar das diferenças geograficamente marcadas para as diferenças socialmente marcadas.

É importante ressaltar que existe diferença na fala dependendo dos fatores sociais, tais como escolaridade e nível econômico, ou seja, as atitudes lingüísticas não estão delimitadas apenas por fronteiras geográficas, mas também por fronteiras sociais.

Segundo Yone Leite e Dinah Callou “a variação existente hoje no português do Brasil, que permite reconhecer uma pluralidade de falares, é o fruto da dinâmica populacional e da natureza do contato dos diversos grupos étnicos e sociais nos diferentes períodos da nossa história”. São fatos dessa natureza que demonstram que não se pode pensar no uso de uma língua em termos de “certo” e “errado” e em variante regional “melhor” ou “pior”, “bonita ou feia”.

## **5. SURGIMENTO DE TEORIAS COMO TENTATIVA DE EXPLICAÇÃO DO PROCESSO DA POSPOSIÇÃO DOS CLÍTICOS**

O caso de uma língua transplantada, que passa a ter contato com outras línguas, como o Português Europeu no Brasil, já provocou inúmeras questões para as quais se tentaram várias respostas. Muito já se escreveu sobre a constituição do Português Brasileiro e sua diversidade em relação ao Português Europeu, no entanto, uma resposta definitiva ainda não foi dada. Atestar ou contestar uma suposta origem crioula para tal constituição ou uma evolução natural da língua é questão recorrente na pauta de alguns lingüistas e filólogos já há algum tempo. Eis que então, surgiram tais teorias.



## 5.1- TEORIA DA TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR

O conceito de transmissão lingüística irregular é usado para indicar os processos históricos de mudança lingüística originários do contato duradouro e massivo entre línguas. Nesse processo, afirma-se que a língua do segmento que detém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos. Tais processos podem conduzir a uma língua historicamente nova, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato.

O caso do português europeu, transplantado para o Brasil, em contato com as línguas africanas e nativas, desencadeou processos significativos de variação e mudança no português que aqui se formou, em decorrência da transmissão lingüística irregular. Tais processos de variação e mudança são mais perceptíveis na simplificação da estrutura gramatical, uma vez que apenas os elementos necessários ao preenchimento das funções comunicativas básicas se mantêm. Essa simplificação na estrutura gramatical, segundo Lucchesi (2000, p. 99), deve-se a:

a) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente inferiores aos falantes das outras línguas;

b) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria adultos, não havendo, pois, o acesso aos dispositivos da *faculté du langage*, que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;

c) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/ nativização, já que esse processo tem como objetivo a comunicação emergencial com os falantes da língua alvo.

De acordo com estudos, algumas variedades populares do português brasileiro têm sido definidas como *semi-crioulas*; ou seja, variedades lingüísticas que apresentam características crioulizantes.

Por isso é importante pensar as situações de contato maciço entre línguas em termos mais amplos, como o sugerido pelo conceito de transmissão lingüística irregular.

## 5.2- TEORIA DA DERIVA SECULAR DA LÍNGUA

As mudanças lingüísticas são atribuídas à deriva interna da língua portuguesa, das línguas românicas ou até das línguas indo-européias. Isso quer dizer que os fenômenos variáveis já vieram do português europeu e aqui, num ambiente de complexo quadro sociolingüístico, assumiram um caráter mais expressivo e deram ao português brasileiro sua feição peculiar. Neste estudo, trabalha-se dentro de uma concepção teórica bastante difundida e hoje considerada clássica, segundo a qual a situação de contato pode produzir um jargão ou um *pidgin* que desaparece com o tempo ou se nativiza, tornando-se um crioulo. “As estruturas variáveis poderiam ter existido tanto em Portugal quanto no Brasil, mas em época e em grau diferentes (Naro, 1981)”.

O aspecto decisivo para entender o caráter e a natureza das línguas crioulas frente às chamadas línguas naturais reside no fato de não haver propriedades e estruturas exclusivas das línguas crioulas, pois “uma determinada variedade lingüística não se define por suas propriedades estruturais imanentes, mas pelo processo histórico de contato lingüístico que levou à sua formação”. Alguns autores justificam essa afirmativa dizendo que todas as características estruturais e mudanças que ocorrem em outras línguas naturais, são crioulas. E nem poderia ser diferente, na medida em que as línguas crioulas também são línguas humanas naturais.

Comunicação de forma pragmática que só se viabiliza devido ao contexto da situação por meio de estratégias individuais, sem normas socialmente reconhecidas pelo simples fato de um grupo não conhecer a cultura e a língua do outro.

A falta de norma gramatical estável e inerente à noção de *pidgin*, tendo em vista que, nessas circunstâncias, qualquer estrutura que efetivamente funcione no processo de comunicação é aceitável. Entretanto, é comum que essa fase inicial de assitematicidade gramatical conduza a uma fase intermediária de normas gramaticais relativamente estáveis, mesmo que o *pidgin* ainda não tenha se tornado língua nativa de nenhum dos falantes.

(Naro & Scherre, 2007 p. 51).

Estudiosos atribuem as diferenças entre as pronúncias portuguesa e brasileira a quatro causas prováveis:

- a) arcaísmo da pronúncia brasileira;
- b) coexistência de duas pronúncias diferentes no século XVI, sendo uma adotada pelos portugueses e outra pelos brasileiros;
- c) transformação operada de diferentes maneiras em Portugal e no Brasil, e

d) modificação da pronúncia somente no Brasil.

Conclui-se que as classes cultas do Brasil empreenderam espontaneamente um movimento de restauração fonética que anulou evoluções às vezes muito antigas.

### **5.3- TEORIA DA CRIOLIZAÇÃO PRÉVIA DOS FALARES BRASILEIROS**

Nos trabalhos de 1981 e 1986, Gregory Guy, analisando as diferenças existentes entre o português popular do Brasil e o português-padrão, diz que essas diferenças ou são devidas a uma evolução lingüística “natural” ou apontam para um processo de crioulização ocorrido no passado cujos efeitos ainda estão no presente. Ele afirma que tais diferenças não são de caráter qualitativo e que a velocidade das transformações é que pode apontar para uma ou outra hipótese, a saber: na crioulização o processo de transformação é abrupto, enquanto que na evolução natural é lento. Ele defende ter havido um crioulo de base portuguesa no período colonial, que se descrioulizou com o tempo, deixando suas marcas.

## **6. RELEVÂNCIA DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE**

Segundo Votre pg. 51 “a observação do dia-a-dia confirma que a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as freqüentam e das comunidades discursivas; a influência da variável nível de escolarização, ou escolaridade, como mecanismos de produção ou resistência à mudança”.

Para uma análise criteriosa dos efeitos entre variação, continuidade e mudança lingüística de um lado, e de outro a variável escolaridade tem que estabelecer algumas distinções no interior de categorias presentes na dinâmica social em que interage a escola. A primeira é entre forma de prestígio social e forma relativamente neutra; a segunda distinção é entre fenômeno socialmente estigmatizado e o fenômeno imune a estigmatização; a terceira versa sobre os fenômenos que são objetos de ensino escolar e aqueles que escapam à atenção normativa da escola.

A primeira distinção focaliza o status econômico e o prestígio social dos usuários das formas da língua. As expressões das pessoas consideradas elevadas na escala socioeconômica é o oposto daquelas que não desfrutam de prestígio social e econômico, no

entanto, existem diferenças nos falares das pessoas de acordo com a sua influência e prestígio na sociedade e o nível econômico.

As formas socialmente prestigiadas são semente e fruto da literatura oficial, que as transformam em língua padrão e estão reguladas e codificadas nas gramáticas normativas, em que adquirem o estatuto de formas corretas, a serem ensinadas, aprendidas e internalizadas em todo processo escolar, cabendo ao professor de língua materna a tarefa de controlar o domínio da norma.

A segunda distinção elege estigma social, ou seja, os falares das pessoas são considerados como vício ou erro, e é estigmatizado pelos membros da comunidade discursiva que rotula de descuidados e ignorantes das belezas da língua padrão os usuários das formas sem prestígio.

A escola move campanhas visando à pureza do idioma, na variante padrão, e atua na luta contra “vícios de linguagem”, num esforço em impedir que formas consideradas “erros” ou “vícios” acabem instalando-se na gramática. As variações são concebidas como males que devem ser extirpados da comunidade discursiva, e a escola usa do seu tempo justificando o esforço da comunidade culta em impedir a corrosão da língua.

A terceira distinção tem como foco os fenômenos controlados pela escola. O que podemos perceber é que a escola controla ou evita o uso de palavras consideradas erradas pelas gramáticas e condena o uso.

O ensino da gramática visa às tarefas de aquisição das formas de prestígio e as de erradicação das formas sem prestígio, com ênfase para as estigmatizadas, e buscam a adesão dos alunos as formas consideradas corretas como marca de prestígio.

## **7. AS NORMAS**

O conceito de norma tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da teoria lingüística voltada para os padrões habituais e coletivos de comportamento lingüístico, que definem tanto os grupos dentro da comunidade de fala, quanto à posição do indivíduo dentro dos diversos estratos sociais.

(Lucchesi, 2004, p.63)

Podemos observar duas derivações do substantivo NORMA, que resultam nos adjetivos: NORMAL e NORMATIVO. Podemos entender por NORMAL o que é habitual, costumeiro, ou tradicional dentro de uma comunidade, e o adjetivo NORMATIVO remete a um sistema de valores, imposto pela comunidade.

Com base nas definições citadas, podemos distinguir norma objetiva e norma subjetiva; a objetiva são os padrões observáveis na atividade lingüística de um determinado grupo e a subjetiva são os valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho lingüístico dos falares dentro de uma comunidade. Então, norma padrão reúne as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas, e a norma culta contém as formas usadas na fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo. Assim, a expressão norma culta deve ser entendida como designando a norma lingüística praticada em determinadas situações com certo grau de informalidade.

A norma popular define-se pelos padrões de comportamento lingüístico da maioria da população, que são privados de direitos elementares e mantidos na exclusão social. As contradições da realidade social refletem-se na fala das pessoas que não têm acesso à escola, ou daquelas que usam da variação.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, chegaram ao Brasil mais de três milhões de imigrantes Europeus e Asiáticos. Esses indivíduos, em sua maioria, ingressaram na base da pirâmide social brasileira, dirigindo-se para o trabalho braçal no campo. Nessas circunstâncias, o modelo mais acessível de que dispunham para aquisição do português era o proveniente dos capatazes e dos trabalhadores braçais locais, que, em sua maioria, eram ex-escravos africanos e seus descendentes nativos e\ ou mestiços; ou seja, o português que esses imigrantes aprenderam, ao chegar ao Brasil, era o português popular, com as profundas mudanças decorrentes do processo de transmissão lingüística irregular por que este havia passado. Contudo em função da cultura, esses imigrantes ascenderam rapidamente na estrutura social, levando para o seio da norma culta algumas das estruturas de matriz popular que haviam adquirido em seu contato inicial com o português. Pode-se perceber, assim, o caminho através do qual certas estruturas da fala popular penetraram nas camadas médias e altas, implementando as mudanças para baixo que se observam no português culto.

Portanto, se, no decurso do século passado, atenua-se o quadro bem polarizado que predominou nos séculos anteriores, diminuindo os abismos que separavam a fala da elite da fala da população pobre, as marcas dessa polaridade ainda se mantêm; até mesmo porque se conservam as profundas desigualdades sociais que fundamentam a visão lingüística do Brasil em dois subsistemas distintos: Uma norma culta e uma norma popular.

## **8. INFLUÊNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO NA TENTATIVA DE IMPEDIMENTO DA VARIAÇÃO**

No que diz respeito ao ensino da língua materna, a Escola Brasileira segue a tradição do modelo do português padrão idealizado, direcionando algumas vezes, a educação para as classes detentoras da norma culta. Com o acesso de alunos de classes mais baixas, a Escola se deparou com algumas variantes desprestigiadas do português.

A rotina escolar não parece ter sido modificada para se adaptar à nova situação, os livros e algumas vezes os professores não apresentam condições de enfrentar as mudanças do alunado e dos padrões de aceitação das modalidades do Português Brasileiro, o que resulta na imposição das regras consideradas “corretas” e na desvalorização das variações que constituem o idioma.

Existem vários questionamentos acerca da influência da escolarização na ordem de uso dos clíticos acusativos. Tendo em vista que a próclise constitui norma na modalidade oral do Português do Brasil, testam-se, entre outras, as hipóteses:

(a) de que o processo de ensino/aprendizagem implicaria mudança(s) no desempenho lingüístico dos alunos no que se refere à produtividade e à ordem dos clíticos, sobretudo na modalidade escrita; e

(b) de que, nas redações escolares, a maior frequência de uso da ênclise nos contextos especificados pela norma idealizante estaria vinculada ao maior grau de escolaridade do estudante.

O tema já foi focalizado segundo diversas perspectivas, porém ainda há muito a observar sobre a questão, especialmente no que se refere ao conhecimento das normas reais que presidem à ordem dos clíticos na modalidade oral do Português Brasileiro.

Ao buscar apontar os contextos favorecedores da ênclise por parte dos estudantes, procura-se compreender os motivos de sua opção, tendo em vista, de um lado, que esta é uma variante pouco produtiva na fala, circunscrevendo-se, conforme demonstram as pesquisas, a contextos específicos, e de outro, que os alunos, no processo de escolarização, são apresentados a um modelo que não praticam, que não faz parte dos dados a que são expostos na aquisição da língua.

Não se sabe ao certo o que a criança traz consigo e o que adquire na escola. Partindo-se do pressuposto de que, de acordo com o padrão normativo, idealizante, a ênclise seria a ordem preferencial nos contextos em que não ocorrem os chamados atratores de próclise ou proclisadores, pretende-se investigar se, no processo de

ensino/aprendizagem, há uma gradativa produtividade da ênclise, a despeito de a próclise constituir a ordem vernacular.

A concepção de algumas propostas pedagógicas – que continuam ensinando os fatos lingüísticos, em alguns pontos, sob a ótica de regras em funcionamento no Português Europeu e como se a língua não fosse passível de variação e mudança – acaba por ocasionar dificuldades para o aluno, pois, na verdade, o que se aprende na escola, em grande parte, não é efetivamente o que se usa.

Observa-se, muitas vezes, pelo comportamento de alguns alunos, conforme se constata em (1) e (2), a tentativa de resgate da ênclise, em busca de um padrão normativo que não faz parte da realidade lingüística dos falantes do Português Brasileiro:

(1) “**Me** encontrava numa escola nova, turma nova, novos amigos. Aos poucos **me** enturmava com todos da classe, **me** identificando mais com uns que com outros”.

(2) “Saíram e convidaram-**o** para ir com eles.”

Verifica-se, em (1), o uso do clítico em início de período (uso condenado pela gramática normativa) e, finalmente, em (2), o clítico não recebe o “n”, acarretando um desvio do padrão.

As dificuldades apresentadas por nossos estudantes são compreensíveis na medida em que se entende que a aprendizagem dos clíticos não é um processo natural. Em busca de aprender uma norma “ideal”, recomendada pela escola e tão distante da norma “real” por eles utilizada, acaba por utilizar variantes.

Pode-se descrever as variedades de maior prestígio social como o principal objetivo do ensino escolar, pois, como acentua E. Genouvrier (1972, 47), “a escola supõe a censura (isto é, o ensino da norma), evidência que escapa apenas aos ingênuos ou pessoas de má fé”. O que a escola tenta fazer, quando corrige a variação do aluno, é negar que ele já sabe falar, é impor um padrão de fala que para ele muitas vezes é estranho.

Impera, na maioria dos livros, uma atitude ainda bastante dependente das gramáticas normativas de perfil tradicional, e essa atitude acaba implicando em preconceito contra a linguagem popular, considerada incorreta, uma vez que não se inclui as formas variantes nos manuais de ensino de português.

## 9. A ESTIGMATIZAÇÃO DA VARIAÇÃO EM DETERMINADAS SITUAÇÕES SOCIAIS

O conceito de deficiência lingüística foi criado por sociólogos e psicólogos, que acreditavam que pode haver línguas ou variedades lingüísticas superiores ou inferiores, melhores ou piores.

Do ponto de vista sociolingüístico e antropológico essa premissa é inaceitável. O estudo das línguas de diversas culturas deixa claro que não há línguas mais complexas ou mais simples, uma vez que, todas elas são adequadas às necessidades e características da sua cultura. Mesmo um grupo de pessoas que utilizam a mesma língua constitui uma comunidade lingüística, isto não significa que ela seja homogênea e uniforme. A diferença geográfica e social de uma mesma comunidade lingüística resulta em um processo de diferenciação.

A diferença social, em função das características do grupo a que pertence o falante, ou das circunstâncias em que se dá a comunicação, leva a variedades sociais que ocorrem em grupos caracterizados pela classe social e pelos níveis de fala, determinados pelo uso que o falante faz da língua em diferentes circunstâncias ou contextos.

Como não se pode falar em superioridade e inferioridade entre línguas, da mesma maneira não se pode falar em superioridade e inferioridade entre variações, pois, como ocorre em relação às línguas, cada variação é adequada às necessidades e características do grupo a que pertence o falante, ou à situação em que ocorre a fala.

Há um conceito amplo e um conceito estrito da norma. No primeiro caso, ela é entendida como um fator da coesão social. No segundo, corresponde aos usos e aspirações da classe social de prestígio. Tem-se observado que é próprio da comunidade lingüística corrigir as execuções que representam desvios da norma, como quando alguém diz: *me dê um copo d'água*. Ao censurar esse uso, está a sociedade culta a integrar o falante em apenas determinado estrato dessa comunidade, e não em uma comunidade amplamente considerada.

Na América, em contrapartida a fala culta não é uniforme, não coincide com o ideal de língua, e a fragmentação variacional atinge os dois estratos lingüísticos, o culto e o popular (Rona, 1958, p. 9). O julgamento social das variantes, além de atuar sobre o comportamento lingüístico dos falantes, pode servir como indicador das mudanças em curso na comunidade.



Labov (1966) destaca que, no geral, dentro de uma comunidade, a avaliação social das variantes é mais uniforme do que as suas freqüências de uso, tanto que ele propõe uma definição de uma comunidade de fala como um conjunto de falantes que compartilham o mesmo sistema de valores sobre a língua, e não como pessoas que falam do mesmo modo.

## 10. OCORRÊNCIA DE UMA TERCEIRA VARIANTE COMO TENTATIVA DE FUGA DA ESTIGMATIZAÇÃO

Estudando o português brasileiro percebemos algumas mudanças na expressão dos pronomes como as perdas das formas clíticas de 3ª pessoa (lhes/lhes), as quais são substituídas ou pela forma preposicionada do complemento (a ele/eles, ela/elas) ou pela forma pronominal nula, como nos exemplos citados abaixo, em detrimento da forma padronizada considerada correta:

- a) Comprei uma blusa nova, mas ainda não usei ela. (complementado por *ela*)
- b) Comprei uma blusa nova, mas ainda não usei. (forma pronominal nula)
- c) Comprei uma blusa nova, mas ainda não a usei. (clítico acusativo)

Ou seja, a mudança ocorre porque quando não temos certeza da expressão correta, acabamos substituindo por outras expressões, que consideramos saber mais ou então para fugir da estigmatização. Com isso observamos uma tendência constante à diminuição no emprego do pronome clítico.

Apesar da baixíssima freqüência dos clíticos no português falado, eles ainda ocupam o primeiro lugar como estratégia de retomada anafórica. Nenhum manual didático inclui o *ele* acusativo em seus diálogos, o que compromete bastante a fala espontânea de um aprendiz. Diferentemente do *ele*, uma forma estigmatizada, o objeto nulo parece ser melhor aceito pelos manuais, mas, ainda não impede que o objeto nulo seja considerado como “linguagem popular” (isto é, “errada”) e o clítico, “linguagem correta”.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sociolinguística tem demonstrado que todos os traços atribuídos à variedade “popular” já estão perfeitamente incorporados às variedades urbanas cultas brasileiras. Dito isso, o mais adequado será sensibilizar o aluno para a variabilidade linguística, correlacionando-a com as situações a que corresponde. Esse comportamento implicaria “descondicionar o público de uma visão conteudista do ensino da língua

portuguesa” mediante a realização de atividades bastante motivadoras, porque voltadas para a observação dos fatos da linguagem. Conduzimos assim o aluno a evitar preconceitos e a preparar-se para uma eventual mudança ambiente.

Se instituirmos no ritmo atual e tentarmos impor o padrão lingüístico de uma classe sobre outra, continuaremos a promover nas classes mais baixas o “complexo de incompetência lingüística”. Podemos dizer que algumas línguas são mais facilmente desenvolvidas que outras, como é o caso do Português Brasileiro, que tem um sistema de fala tão variado que permite a utilização dos clíticos tanto para uma conversação casual, tanto para uma conversação mais formal, podendo, portanto, exercer essa variedade de funções.

O que quisemos mostrar neste trabalho foi que o fator escolarização influencia de tal maneira, que permite a possibilidade de um falante escolarizado saber reconhecer a forma adequada de utilização dos clíticos, dependendo, é claro, do contexto e da situação social em que ele se insere e não atribuir preconceitos às determinadas variações.

## REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, Jussara; Roncarati, Cláudia. **Português Brasileiro- contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003
- BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro: um convite à pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAGNO, Marcos. **Lingüística Da Norma**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- FIORIN, José Luiz, (org.). **Introdução à Lingüística: estudo e ensino**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo, (org.). **Manual De Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NETO, José Borges. **Ensaio De Filosofia Da Lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SILVA, Rosa Virgínia Matos e. **Para a História do Português Brasileiro: Primeiros Estudos Humanistas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.